

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 e 2014***

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
Confederação Brasileira de Desportos no Gelo

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Bases para opinião com ressalvas

(i) Conforme descrito na nota explicativa N° 4, a Confederação apresentava o saldo de adiantamentos no valor de R\$ 98.000, concedido durante o exercício de 2010 pela Confederação à Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, para manutenção dessa Associação. Não nos foi possível evidenciar a realização desse ativo, nos limitando quanto à expectativa de recebimento desses recursos pela Confederação.

(ii) A Confederação não possui controle individualizado dos bens registrados nos ativos imobilizado e intangível. Em decorrência, não nos foi possível formar uma opinião quanto a adequação dos valores representativos de tais bens e, conseqüentemente, não foi praticável determinar a razoabilidade do valor da despesa de depreciação e amortização que foi reconhecida no resultado do exercício.

(iii) A Confederação apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 217.446 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 219.801 em 31 de dezembro de 2014) e passivo a descoberto no montante de R\$ 193.706 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 189.840 em 31 de dezembro de 2014). Conforme descrito na nota explicativa n° 2.2, as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. A Confederação não tem gerado recursos financeiros próprios para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.

Opinião com ressalva

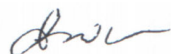
Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião com ressalvas, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por nós, cujo parecer datado de 14 de maio de 2015, foi emitido com as mesmas ressalvas deste exercício.

Porto Alegre, RS, 29 de abril de 2016.

FSA NETWORK Consultores
CRC-RJ-003004/O-2 "S" RS

A handwritten signature in black ink, appearing to read "L. Soares".

Levi O. Soares
Contador-CRC-RJ-031950/O-9 "S" RS

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

BALANÇOS PATRIMONIAIS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, centavos omitidos)**

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	302.536	536.912	Empréstimos a pagar	253.524	253.372
Adiantamentos	98.000	105.006	Obrigações trabalhistas	27.248	25.590
	400.536	641.918	Tributos a recolher	14.181	20.287
			Contas a pagar - COB	323.029	562.470
				617.982	861.719
NÃO CIRCULANTE			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imobilizado	20.306	26.527	Patrimônio social	98.045	98.045
Intangível	3.434	3.434	Déficits acumulados	(291.751)	(287.885)
	23.740	29.961		(193.706)	(189.840)
TOTAL DO ATIVO	424.276	671.879	TOTAL DO PASSIVO	424.276	671.879

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 (Em reais, centavos omitidos)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
RECEITAS		
Programas e projetos de fomento	2.345.109	154.810
Desenvolvimento e manutenção do desporto	-	252.544
Formação de recursos humanos	-	55.269
Preparação técnica	-	342.968
Participação em eventos esportivos	-	314.133
Recursos próprios	45.612	-
Outras receitas	-	32.328
	<u>2.390.721</u>	<u>1.152.052</u>
DESPESAS		
Despesas administrativas	(1.952.471)	(845.689)
Despesas com pessoal	(431.758)	(313.824)
Depreciação	(7.057)	(6.711)
Despesas financeiras	(3.301)	(1.136)
	<u>(2.394.587)</u>	<u>(1.167.360)</u>
Déficit do exercício	<u><u>(3.866)</u></u>	<u><u>(15.308)</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Déficits acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	98.045	(272.577)	(174.532)
Déficit do exercício	-	(15.308)	(15.308)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	98.045	(287.885)	(189.840)
Déficit do exercício	-	(3.866)	(3.866)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	98.045	(291.751)	(193.706)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Atividades operacionais		
Déficit do exercício	(3.866)	(15.308)
Ajustes		
Depreciação	7.057	6.711
	<u>3.191</u>	<u>(8.597)</u>
Variação no ativo/passivo circulante		
Adiantamentos	7.006	-
Obrigações trabalhistas	1.658	7.759
Tributos a recolher	(6.106)	8.832
Contas a pagar – COB	(239.441)	404.118
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>(233.692)</u>	<u>412.112</u>
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(836)	(6.371)
Caixa gerado pelas atividades de investimentos	<u>(836)</u>	<u>(6.371)</u>
Atividades de financiamentos		
Liquidação de empréstimos	-	(30.000)
Captação de empréstimos	152	3.372
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	<u>152</u>	<u>(26.628)</u>
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(234.376)</u>	<u>379.113</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	536.912	157.799
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	302.536	536.912
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(234.376)</u>	<u>379.113</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS NO GELO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, designada pela sigla CBDG, sucessora da Associação Brasileira de Bobsled, Skeleton e Luge (ABBSL), filiada à Federação Internacional de Bobsled e Skeleton (FIBT), à Federação Internacional de Luge (FIL), à Federação Internacional de Patinação no Gelo (ISU), à Federação Internacional de Hóquei no Gelo (IIHF), à Federação Internacional de Curling (WCF), à Federação Internacional de Mushing (IFSS) e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma sociedade civil de direito privado, e de caráter desportivo, de fins não econômicos. Foi fundada no estado do Rio de Janeiro em 11 de fevereiro de 1996 e está sediada desde 2013 no estado do Rio Grande do Sul, constituída pelos membros afiliados que pratiquem ou venham a praticar, no território brasileiro, as modalidades desportivas de inverno, e suas respectivas modalidades paralímpicas.

A CBDG, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todos os níveis, a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.2 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e são aplicáveis a uma Entidade em continuidade normal das operações, que pressupõem a realização de ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal das operações. Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade apresenta déficits acumulados de R\$ 291.751 (R\$ 287.885 em 31 de dezembro de 2014), e não tem gerado recursos financeiros próprios para a manutenção das suas atividades operacionais. Assim sendo, a continuidade normal das operações da Entidade está relacionada à obtenção de um nível de rentabilidade que produza o suficiente e necessário capital de giro ou novos recursos adquiridos pela Confederação.

2.3 Principais práticas contábeis

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:

a. Resultado das operações

É apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

b. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades são representadas pelos recursos mantidos em espécie pela Entidade na Caixa Econômica Federal (Conta de recursos privados e Conta exclusiva de recursos do Comitê Olímpico Brasileiro).

c. Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Taxa de depreciação a.a.</u>
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Computadores e periféricos	05 anos	20%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Equipamentos esportivos	05 anos	20%
Utensílios diversos	10 anos	10%

d. Passivo circulante

Está demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.

f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	944	944
Banco conta movimento	14.382	16
Banco conta movimento – CEF exclusiva	52	535.952
Aplicações Financeiras	287.158	-
	<u>302.536</u>	<u>536.912</u>

4. Adiantamentos

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Eric Leme Walter Maleson	-	7.006
Associação Brasileira de Hóquei no Gelo	98.000	98.000
	<u>98.000</u>	<u>105.006</u>

Refere-se ao adiantamento concedido pela Entidade durante o exercício de 2010, para a Associação Brasileira de Hóquei no Gelo, para manutenção dessa Associação.

5. Empréstimos a pagar

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Carlos Henrique Dapoza Alvarez	250.000	250.000
Debora Tonon Borgato	-	3.372
Matheus Bacelo de Figueiredo	152	-
Emilio de Sousa Strapasson	3.372	
	<u>253.524</u>	<u>253.372</u>

6. Contas a pagar – COB

Durante o exercício de 2015, a Confederação recebeu adiantamentos do COB, no montante de R\$ 2.850.130, através de recursos da Lei Agnelo/Piva. O montante de R\$ 3.089.571 foi utilizado nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 323.029 (R\$ 562.470 em 31 de dezembro de 2014), que serão devolvidos ao COB ou aplicados em projetos até o próximo exercício.

7. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Entidade é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referente às operações inerentes à Entidade.

8. Contingências

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, não há qualquer processo contra a Entidade que gere a necessidade de provisões.

A Entidade tem ações de naturezas cíveis, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

9. Seguros

A Administração da Entidade optou por não realizar a contratação de seguros para cobertura de eventuais perdas que possam surgir com relação aos principais bens do ativo imobilizado, por julgar que os saldos estejam pulverizados em diversos itens de pequeno valor.

10. Subvenções e assistências governamentais

Durante o exercício de 2015, a Confederação Brasileira de Desportos no Gelo, recebeu recursos financeiros do Comitê Olímpico Brasileiro para aplicação nas suas finalidades institucionais, que têm como objetivo a prática das modalidades esportivas de inverno praticadas no gelo, em conformidade com seu estatuto social.

11. Remuneração de dirigentes estatutários

Em 30 de julho de 2014, o Comitê Olímpico Brasileiro emitiu a Instrução Normativa COB nº 02, que disciplina a aplicação de recursos financeiros decorrentes da Lei nº 9.615/98 de 24 de março de 1998, para pagamento de remuneração aos dirigentes estatutários das Confederações, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013. A remuneração paga a dirigentes estatutários, com recursos da Lei Agnelo Piva, teve vigência a partir de agosto de 2014.